

Ulysses salva e se salva

ANC 12

O acordo entre o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o "Centrão", praticamente selado, é sinal de que até a votação final do projeto da Constituição tudo poderá ser estabelecido por negociação, mas desde que estejam fora os líderes de confiança do Palácio do Planalto. Como o Presidente da República manifestou seu desejo de não mais governar com os partidos, o primeiro sinal de reação do mundo político foi de procurar canais de diálogo dentro dos próprios blocos e sistemas de interesse que operam dentro da Assembléia. Os coordenadores políticos do Governo foram solenemente desprezados.

Esse fato leva à constatação de que, mais uma vez, Ulysses Guimarães demonstra sua condição natural de irmão siamês do Presidente da República. Nada o Dr. Ulysses fará — asseguram os que melhor conhecem o seu perfil pessoal — para atrapalhar o projeto e os interesses pessoais do presidente José Sarney. Alguns desses amigos chegam a dizer que, se Sarney acreditasse convictamente nisso, sem dar ouvidos à influência que lhe procuram monitorar erradamente, não teria havido a seqüência de desgastes imposta à amizade dos dois.

A mesma situação crítica os une — ambos serão algoz e vítima da transição. Os quatro anos de mandato presidencial os transformam em alvo predileto das candidaturas presidenciais que precisarão de bodes expiatórios para explicar ao eleitorado

que o Governo e o fechado comando nacional do PMDB são os grandes culpados pela crise econômica que arrasa o País, já exigindo um novo pacote fiscal do tamanho do deficit (proporções incalculáveis).

O deputado Ulysses Guimarães, para se salvar do julgamento final, faz acordos ao centro, à esquerda e à direita. Com visão de rara sabedoria, imiscui-se no "Centrão" com mais talento do que o Palácio do Planalto. E demonstrando, cabalmente, que o "Centrão" só existe porque não foi articulado pelo Planalto.

Foi por essa mágica percepção de auto-defesa que se fez o acordo anterior para evitar a vitória do projeto do "Centrão". Os constituintes, que trabalharam este ano seriamente na produção de emendas contributivas ao texto do substitutivo Bernardo Cabral, não iriam agora aceitar passivamente a anulação admitindo a mudança integral do projeto. Não é um patrimônio que se pode jogar fora assim tão facilmente e para que os acordos viessem era preciso entender em primeiro lugar essa realidade — a realidade do Constituinte eleito por bases que cobram dele cada artigo, cada capítulo e cada título do projeto.

Como tudo foi compreendido, tornou-se mais fácil o acordo geral. Com esse clima, quem sabe, até o Governo Sarney poderá salvar-se, já que é irmão siamês do salvado Ulysses.

-2 DEZ 1987

FARCÍSIO HOLANDA

O acordo no mérito

CORREIO BRAZILIENSE

Foram necessários dez meses de escaramuças para que se formasse a convicção entre as diferentes correntes ideológicas da Constituinte de que a futura Constituição deve ser produto de entendimento e de negociação. A queda-de-braço em que se envolveram o chamado Centrão e as lideranças convencionais do PMDB e da Constituinte serviu, pelo menos, para mostrar que é indispensável a conciliação e o entendimento.

O deputado Ulysses Guimarães, em nome da Mesa Diretora dos trabalhos da Constituinte e das lideranças do PMDB, chegou praticamente a um acordo com as lideranças do chamado Centrão em torno das mudanças necessárias no Regimento Interno. Ulysses e seus companheiros aceitam a exigência de 280 votos para manter o texto do projeto Bernardo Cabral, enquanto o Centrão admite que o plenário rejeite preferências.

Esse acordo não é tudo. Os dois lados chegaram a um entendimento quanto à forma, quanto ao meio. Faz-se indispensável um entendimento agora quanto ao fundo, isto é, o mérito de muitas matérias polêmicas na Ordem Econômica e Social, principalmente, uma vez que a forma de governo e a duração do mandato terão que ser decididas na batalha de plenário e no confronto do voto.

As lideranças do PMDB, como o líder da bancada, deputado Ibsen Pinheiro, ou o ex-

líder Pimenta da Veiga, julgam que os pontos cruciais para entendimento não devem ultrapassar a marca dos 15. Onde for possível o entendimento, tudo bem. O que continuar polêmico será matéria para decisão no voto.

O Centrão se constituiu sob inspiração de grande parcela do empresariado e do Governo, cada vez mais inquietos com as liberalidades da maioria dos membros da Comissão de Sistematização na Ordem Econômica e na Ordem Social. Algumas das decisões tomadas naquele órgão são classificadas de demagógicas, xenófobas, e capazes de comprometer o livre desenvolvimento da economia de mercado entre nós.

Há certo exagero na reação dos setores mais conservadores em relação às decisões liberais da Comissão de Sistematização. O estabelecimento de 44 horas semanais de trabalho não chega a ser um escândalo, pois essa carga horária é cumprida por trabalhadores de alguns países mais e menos desenvolvidos.

O ponto ainda sujeito a alterações é o que diz respeito a estabilidade no emprego ao se completar noventa dias do contrato, na parte social. No econômico, os conservadores querem liberalizar o conceito de empresa nacional, assim como tornar o texto mais tolerante em relação ao capital estrangeiro interessado na exploração mineral.